



ELO



ÓRGÃO
DA ASSOCIAÇÃO
DOS DEFICIENTES
DAS FORÇAS ARMADAS

Ano XVIII — N.º 204

DIRECTOR: PATULEIA MENDES

Mensário — NOVEMBRO 1991 — 80\$00



BASTA!

Agência Lusa

No aniversário do ELO, reafirmada a solidariedade da ADFA para com o povo de Timor-Leste



Ministério das Finanças
 • Decreto-Lei n.º 251-A/91, de 16 de Julho, publicado no Diário da República, I Série, parte A, Suplemento, n.º 161, de 16 de Julho de 1991.

— Altera o Código do Imposto sobre os Impostos das Pessoas Colectivas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de Novembro.

Ministério das Finanças
 • Decreto-Lei n.º 262/91, de 26 de Julho, publicado no Diário da República, I Série, parte A, n.º 170, de 26 de Julho de 1991.

— Altera o Decreto-Lei n.º 152/89, de 10 de Maio, relativo ao regime do imposto automóvel.

Ministério do Emprego e da Segurança Social
 • Decreto-Lei n.º 261/91, de 25 de Julho de 1991, publicado no Diário da República, parte A, n.º 169, de 25 de Julho de 1991.

— Aprovou o regime jurídico das situações de pré-reforma.

Ministério do Emprego e da Segurança Social
 • Decreto-Lei n.º 396/91, de 16 de Outubro, publicado no Diário da República, I Série, n.º 238, parte A, de 16 de Outubro de 1991.

— Estabelece um novo regime para o trabalho de menores. Altera o Decreto-Lei n.º 49 408, de 24 de Novembro de 1969, que aprova o Regime Jurídico de Contrato Individual de Trabalho.

Ministério do Emprego e da Segurança Social
 • Decreto-Lei n.º 397/91, de 16 de Outubro, publicado no Diário da República, I Série, n.º 238, parte A, de 16 de Outubro de 1991.

— Altera o regime jurídico das férias e da licença sem retribuição, aprovada pelo Decreto-Lei n.º

874/76, de 28 de Dezembro.

Ministério do Emprego e da Segurança Social
 • Decreto-Lei n.º 398/91, de 16 de Outubro, publicado no Diário da República, I Série, n.º 238, parte A, de 16 de Outubro de 1991.

— Estabelece um novo regime jurídico de duração do trabalho e do trabalho suplementar. Altera os Decretos-Leis n.ºs 409/71, de 27 de Setembro e 421/83, de 2 de Dezembro.

Ministério do Emprego e da Segurança Social
 • Decreto-Lei n.º 400/91, de 16 de Outubro, publicado no Diário da República, I Série, n.º 238, parte A, de 16 de Outubro de 1991.

— Estabelece o regime jurídico da cessação do contrato de trabalho por inadaptação do trabalhador.

Ministério do Emprego e da Segurança Social
 • Decreto-Lei n.º 403/91, de 16 de Outubro, publicado no Diário da República, I Série, n.º 238, parte A, de 16 de Outubro de 1991.

— Estabelece um novo regime para o período experimental. Altera o Decreto-Lei n.º 64-A/89, de 27 de Fevereiro, que aprovou o regime jurídico da cessação do contrato de trabalho e da celebração e caducidade do contrato de trabalho a termo certo.

Ministério do Emprego e da Segurança Social
 • Decreto-Lei n.º 405/91, de 16 de Outubro, publicado no Diário de República, I Série, n.º 238, parte A, de 16 de Outubro de 1991.

— Estabelece o enquadramento legal da Formação Profissional, inserida no mercado de emprego.

Novos Secretários de Estado na Defesa Nacional

Por ocasião da tomada de posse dos novos Secretários de Estado do actual Governo, a ADFA endereçou aos titulares junto da Defesa Nacional os telegramas que se transcrevem:

— **Secretário de Estado da Defesa Nacional, dr. Figueiredo Lopes**

«A ADFA congratula-se com a nomeação de V. Ex.ª para o cargo de Secretário de Estado da Defesa Nacional.

Estamos certos de que os 'dossiers' da ADFA e as questões concretas relativas à reabilitação dos deficientes militares irão merecer, por parte dessa Secretaria de Estado, a melhor compreensão e apoio, considerando o conhecimento e espírito solidário demonstrado por V. Ex.ª, em todos os contactos estabelecidos, no

passado, com a nossa Associação.»

— **Secretário de Estado do Equipamento e Tecnologias de Defesa, dr. Eugénio Ramos**

«A ADFA felicita V. Ex.ª pela nomeação de Secretário de Estado do Equipamento e Tecnologias de Defesa.

Aproveitamos a oportunidade para reiterar a nossa mais elevada consideração pelo apoio e sensibilidade que V. Ex.ª demonstrou, enquanto S. E. A. D. N., em todas as questões relativas à ADFA e aos deficientes militares.

A ADFA está convicta de que as estreitas relações mantidas com V. Ex.ª continuarão a contribuir para melhorar as condições de reabilitação e integração dos membros desta Associação.»

Homenagens

Região Militar de Lisboa

No dia 2 de Novembro, na capela da Academia Militar, em Lisboa, com a presença dos Chefes do Estado-Maior-General das Forças Armadas e do Estado-Maior do Exército, bem como do Governador Militar de Lisboa e do Comandante da Academia, tiveram lugar cerimónias de homenagem aos militares mortos.

Em tal momento, a ADFA esteve representada pelo 2.º-Secretário da Direcção Central.

73.º aniversário do Armistício

Os Presidente e Vice-Presidente da Direcção Central estiveram presentes, tendo depositado uma coroa de flores, nas cerimónias levadas a efeito pela Liga dos Combatentes, este ano no dia 10 de Novembro, junto ao Monumento aos Mortos da Grande Guerra, e a que presidiu o Secretário de Estado do Equipamento e Tecnologias de Defesa, acompanhado das mais altas autoridades militares.

ACAPO

No dia 3 de Novembro, o 2.º-Secretário da Direcção Central, acompanhado do responsável pelo GOS, esteve no pavilhão da ACAPO na INFOPOR/FIL, onde se encontrava exposto diverso e moderno material informático para cegos e amblíopes.

APD

Na comemoração dos 20 anos da Lei 6/71, a Associação Portuguesa de Deficientes realizou, no dia 8 de Fevereiro, um colóquio subordinado ao tema, precisamente, «Lei 6/71 — A primeira lei de reabilitação, 20 anos depois», a que esteve presente, pela ADFA, o Presidente da sua Direcção Central.



Vicariato geral castrense

Conforme já informado em Outubro, uma delegação da direcção Central foi recebida, no fim do mês passado, pelo Vigário-Geral Castrense e Capelão-Chefe das Forças Armadas (e não Capitão-Chefe como, por gralha, saiu naquela notícia), na sequência de contactos já anteriormente mantidos com D. Januário Ferreira, o qual mostrou empenhado interesse em conhecer as realidades da ADFA e dos deficientes militares.

Assim, na ocasião, os presidente, 1.º e 2.º secretários da DC tiveram oportunidade de explanar objectivos e actividades da Associação e indicar diversos problemas de cariz eminentemente social com que se debatem mui-

tos dos nossos associados, em especial os grandes deficientes internados no Lar Militar e, ainda, no Anexo-HMP.

Demonstrando profunda sensibilidade e a vontade de seguir de perto todas as questões apresentadas, aquele dignitário, que durante todo o encontro esteve acompanhado do capelão da Força Aérea, padre Baptista, aceitou o convite para visitar a Sede da ADFA, em data oportuna.

IKK

Realizando-se, de 28 a 30 de Novembro, o 8.º Congresso Mundial dos Cegos de Guerra, que decorrerá em Braunlage (Alemanha), ao mesmo estarão presentes, pela ADFA, os Presidente e o 2.º-Secretário da Direcção Central.

SUBSÍDIO GULBENKIAN PARA TRANSPORTES

A exemplo dos anos transactos a Fundação Calouste Gulbenkian atribui à ADFA um subsídio destinado a participar a compra de cadeiras de rodas, triciclos motorizados e ajuda na compra de viatura própria pelos sócios da nossa Associação, portadores de grandes deficiências motoras, sensoriais e psíquicas, iguais ou superiores a 60 por cento.

No caso de aquisição de cadeiras de rodas e triciclos motorizados, o respectivo subsídio só será atribuído quando se verificar a não atribuição deste material por parte das entidades médicas militares ou do Serviço Nacional de Saúde.

Os subsídios na comparticipação na compra de viatura própria são regulamentados por normas aprovadas pela Direcção Central, as quais, bem como os boletins de inscrição, se encontram à disposição dos sócios em todas as Delegações.

A definição de prioridade é ditada pela conjugação de vários factores, entre os quais se destacam o maior grau de desvalorização e os proventos auferidos, de acordo com a legislação que os abrange.

Assim, dada a exiguidade das verbas disponíveis para este tipo de apoio, apenas são geralmente contemplados os nossos associados portadores de grandes deficiências motoras ou sensoriais.

Para o concurso de 1992 os sócios interessados devem preencher o questionário respectivo, na Sede ou nas Delegações, durante o mês de Janeiro próximo, procedendo-se à atribuição dos comparticipações no decurso do mês de Fevereiro.

**Quotas: adere
ao novo sistema!**



Propriedade, Administração e Redacção:
ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS
 Palácio da Independência
 L. S. Domingos — 1194 Lisboa Codex
 Tel. 346 21 67/8/9 — Fax 342 83 36

Composto, revisto e impresso: INTERPRESS Gráfica, Rua Luz Soriano, 67 — LISBOA

Tiragem deste número: 9 500 exemplares

DIRECTOR: Patuleia Mendes

CHEFE DE REDACÇÃO: José Manuel Sande

Os textos assinados não reproduzem, necessariamente, as posições da ADFA ou da Redacção do ELO, sendo da exclusiva responsabilidade dos seus autores

Mensário distribuído gratuitamente aos sócios em situação legal e vendido por assinatura a não sócios ao preço anual (11 números) de 750\$00.

Quando a assinatura seja de fora de Portugal, os custos são acrescidos dos respectivos «portes», a saber:

Europa: 1800\$00
 Fora da Europa: 2100\$00
 (Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe: 1300\$00)

«O ÁLCOOL MATA»

Visando o mal que o álcool provoca, fazem-se escassas campanhas televisivas a par de inúmeros anúncios que incitam a beber.

Esta é a sociedade em que vivemos. E somos, cada um de nós, que temos o dever urgente de lutar com determinação contra aquelas coisas que até nos poderão parecer de pouca importância à primeira vista, mas que, analisadas profundamente, podem concorrer para a destruição da nossa vida.

É o caso da luta contra o consumo em excesso de bebidas alcoólicas. Temos de fazer essa luta! E que a revolução se faça com êxito para que o flagelo nunca a derrube.

Nesta luta, como em todas, é preciso resistir a cada momento. E, se não conseguirmos sozinhos, teremos de recorrer a aliados. E, neste caso, não é difícil, pois o acesso a psicólogos e psiquiatras está à mão dos deficientes das Forças Armadas.

Na sequência da rubrica «O ÁLCOOL MATA», o meu testemunho.

Não há a mínima dúvida que o consumo de álcool no nosso país é hoje um hábito exagerado, preocupante e catastrófico, na medida em que é um perigoso atentado contra a saúde e, ao mesmo tempo, responsável por uma imensa percentagem de mortalidade.

Na verdade, bebe-se a pretexto até das coisas mais simples. Muitas vezes, porque se encontra um amigo que não se vê há algum tempo; no Verão, porque está calor e beber, especialmente cerveja, sabe bem; em casa, em frente ao televisor, com a ilusão de que nos ajuda a descontraír... isto

para não falar quando se bebe, quase sempre em excesso, num baptizado, num casamento ou em qualquer outra festa.

E é assim, com UM COPO A MAIS, um dia, outro e outro, que o álcool ganha terreno e apodera-se assustadoramente dos que o consomem, os quais, sem darem por isso, já estão dependentes, já se tornaram alcoólicos.

Como alcoólico que não bebo há mais de três anos, quero deixar-vos aqui o meu testemunho, com a intenção de pôr cada um de vocês, pelo menos, a reflectir.

A minha habituação ao álcool foi gradual. Primeiro às refeições; depois as bagaceiras com o café e um «wkisky» de quando em quando. Depois foi a cerveja. Este processo levou anos a evoluir e não me apercebia do que estava a acontecer. Eu estava a beber cada vez mais. Até que acabei por me deixar amarrar pelas garas do álcool.

Com o decorrer do tempo comecei a ressentir-me. Apareceram azias, mas eu queria vencer-me que os temperos dos alimentos eram os únicos responsáveis. Mais tarde seguiram-se os enjoos. Depois a falta de apetite. Comecei a ficar com um pouco de barriga e, também, quis convencer-me que a ginástica resolvia o problema.

O que eu não conseguia, realmente, era deixar de beber.

A determinada altura comecei a reduzir um pouco. Mas era difícil. O álcool já era o «amigo» inseparável.

Bebia porque estava entre amigos; bebia quando me sentia abatido por algum problema; bebia, a

pretexto das coisas mais simples.

Também o meu estado psíquico e psicológico começou, entretanto, a ressentir-se.

Tornei-me uma pessoa facilmente irritável, com algumas perturbações do sono e da memória.

Mas continuava a beber.

Um dia, tive uma cólica abdominal. Estive internado e a médica, depois de analisar alguns exames que fiz, disse-me uma coisa, para mim, terrível nessa altura «o sr. nunca mais pode ingerir bebidas alcoólicas».

Ouvir esta frase, para um alcoólico, é terrível. Fiquei desorientado, revoltado mesmo. Mas o meu estado de saúde preocupava-me. Reflecti bastante. Comecei a beber menos e, por vezes, conseguia estar três dias sem beber. Mas cheguei à conclusão que não conseguia sozinho e procurei um psicólogo. Depois de algumas hesitações, decidi ir para um Centro de Recuperação de Alcoólicos.

Foi preciso força de vontade mas valeu a pena.

Despedi-me do álcool, desse «amigo» cruel que poderia matar-me. Hoje sou outra pessoa.

Não bebo bebidas alcoólicas e é com orgulho que o digo. Gostaria que esta minha comunicação tivesse o mérito de influenciar muitos dos que estão a lê-la.

Deixei nestas linhas, de uma forma sucinta, da minha experiência, o que entendo ser mais relevante.

Apelo a cada um de vocês, camaradas, que não bebam, que lutem como puderam contra o álcool, que não desistam nunca, porque O ÁL-

COOL MATA.

Quer a tragédia do álcool se tenha instalado na vossa vida, quer tenham deixado de beber, é importante que transmitam a vossa experiência, ou apenas a vossa maneira de analisar este grave problema. Podem fazê-lo anonimamente e estão, de uma forma aparentemente simples mas muito importante, a tomar parte numa luta contra qualquer coisa terrível, que atormenta muitas vidas.

Camaradas, tenho a certeza de que muitos dos que acabaram de ler o meu testemunho têm já alguns problemas de saúde e, talvez, familiares porque, a determinada altura, o álcool torna-nos agressivos, tira-nos a capacidade de dialogar com a família, de fazer, enfim, uma vida familiar normal. E começam a surgir algumas quezílias que acabam por se tornar em incontáveis discussões. Quantas vezes, também, é difícil regressarmos a casa, porque sabemos que lá nos espera a nossa esposa que nos aconselha, que nos faz reparos e que, por isso, nos incomoda. E um alcoólico nunca admite qualquer conselho e, muito menos, que digam que é alcoólico.

Camaradas, quantos de vocês se preocupam com os vossos filhos com receio de, com a irreverência da juventude, a droga lhes bata à porta! É uma realidade que preocupa todos os pais. O álcool, contudo, está apenas mais esquecido porque não é um problema tão recente, mas destrói exactamente como a droga.

Incito-os a iniciar a vossa luta. Escrevam para o «ELO» para a rubrica «O ÁLCOOL MATA».

Um sócio

EDITORIAL



Novembro, por tema diverso que se procure encontrar no preenchimento deste espaço eminentemente associativo, nunca nos permite fugir de intervenção suscitada pelas actividades, e respectivas envolvências, inerentes às comemorações do aniversário do ELO. E se, regra geral, assim vem acontecendo, este ano razão acrescida existe para abordar e aprofundar o que, na efeméride, vivemos.

Na realidade, o diálogo da ADFA com organizações congéneres, dedicadas às questões da deficiência e da reabilitação, no colóquio então realizado, subordinado, exactamente, ao tema «A informação, a deficiência, a reabilitação», mostrou a necessidade premente de conjugação de esforços dos vários sectores deste movimento associativo, na procura de soluções para os reais problemas da população deficiente, na alteração de mentalidades, em especial das dos responsáveis e profissionais da Comunicação Social, como fazedores de opinião, tendente aquela à renovação e humanização de atitudes, pelo reconhecimento das capacidades da pessoa deficiente, elemento activo da construção múltipla e global da sociedade em que se insere.

Por outro lado, a reflexão e convívio associativos, voltados, mais objectivamente, sobre o desafio, e possibilidades, que nos traz a nova Sede, foram demonstração inequívoca da grande vontade e disponibilidade colectivas para um fortalecer da chama e do fulgor da ADFA, frutos da participação dos que a criámos, a mantemos dinâmica e a vamos projectando para o futuro.

Foi assim, no seu todo, a experiência vivida, e vivificada, prova evidente da compreensão e adesão, por parte da pessoa deficiente, em geral, e dos nossos associados, em particular, às propostas que a ADFA vem fazendo, ao longo da sua existência, prenúncio, esperamos, de uma sempre maior abrangência dos objectivos da nossa organização, levados à prática, a nível regional e nacional, em perfeita ligação e entendimento de órgãos sociais, sócios e comunidade.

A DIRECÇÃO CENTRAL

Informação aos sócios

IRS

Alteração do prazo de entrega de declarações

Foram alterados os prazos de entrega das declarações de IRS relativas aos rendimentos auferidos durante o ano de 1991, da seguinte forma:

- Declaração Modelo 1 — relativa a trabalho dependente (categoria A) e/ou rendimento se pensões (categoria H) — até 15 de Março de 1992;

- Declaração Modelo 2 — relativa às categorias B, C, D, E, F e G, acumulando, ou não, os rendimentos das citadas categorias A e H — até 30 de Abril de 1992. ELO, em próxima edição, indicará as actualizações e outras alterações introduzidas, com referência a rendimentos e abatimentos relativos ao ano de 1991.

DESBLOQUEAMENTO DE ESCALÕES

Nos contactos que frequentemente temos vindo a fazer com a Caixa Geral de Aposentações, relativamente ao desbloqueamento dos escalões, fomos informados de que a mesma já está a accionar os mecanismos conducentes à sua actualização.

EMISSÃO DOS CARTÕES DOS GDFAs.

Em contacto com o chefe da 4.^a REP/DSP/EME fomos informados de que já foram dadas instruções para que o Centro Gráfico do Exército possa proceder à emissão dos impressos (cartões) dos Grandes Deficientes das Forças Armadas — GDFa, em conformidade com o Despacho 90/SEAMON/91, publicado no D. R. II Série, n.º 259/11NOV91, e que apresentarão, como maior diferença dos dos DFA, uma lista azul, em vez de vermelha.

CARTA DE CONDUÇÃO MILITAR

Publicado o Dec. Lei 268/91, de 6 de Agosto último, verificaram-se algumas alterações à possibilidade de requerimento de carta de condução válida a partir da carta militar, de forma que «podem, enquanto se mantiverem na efectividade de serviço, ou no prazo de um ano, depois de licenciados, de terem baixa de serviço ou de passarem à disponibilidade, à reserva ou à reforma, requerer carta de condução válida para as correspondentes categorias ou subcategorias...»



• DELEGAÇÕES •

COIMBRA

ALMOÇO CONVÍVIO NATAL/91

Conforme o noticiado numa das últimas edições do ELO, iremos organizar, no dia 14 de Dezembro, no restaurante NEPTUNO, edifício da Rodoviária Nacional na Av. Fernão Magalhães, a partir das 13 horas, um almoço de confraternização entre associados e familiares. As inscrições deverão ser feitas para a Delegação, através do cupão em anexo, ou indicação idêntica, até ao dia 11 de Dezembro, acompanhadas de cheque ou vale de correio.

MENORES DE 10 ANOS 1 000\$00
 MENORES DE 5 ANOS GRÁTIS

EMENTA

Crepe de camarão
 Bacalhau à Zé do Pipó
 Vitela à Neptuno
 Vinhos Branco e Tinto, Cerveja, Água Mineral e Sumos
 Sobremesa
 Café-Usque, Licor e Bolo Rei

Preço por Pessoa 2250\$00

Durante o almoço serão vendidas rifas, sendo sorteados alguns prémios, entre os quais, uma bicicleta BMX-CROSS no valor de 15 500\$00, uma máquina fotográfica, e outras surpresas.

Aos mais pequenos serão oferecidos rebuçados, bolos e balões.

FICHA DE INSCRIÇÃO

NOME N.º SÓCIO

ACOMPANHANTES:

NOME IDADE
 NOME IDADE
 NOME IDADE

PORTO

COMEMORAÇÃO DO XVII ANIVERSÁRIO DA DELEGAÇÃO DO PORTO

Completam-se no próximo dia 7 de Dezembro dezassete anos sobre a criação da nossa Delegação.

Para assinalar tão significativa data, a Direcção da Delegação delineou o programa que abaixo se indica, convidando desde já os sócios a tomar parte nos actos associativos que terão lugar.

PROGRAMA:

- 09.00 — Hasteamento da bandeira
- 09.30 — Convívio desportivo (jogos tradicionais, jogos de salão, futebol de cinco, ténis)
- 12.00 — Concentração dos participantes no almoço de aniversário.
- 12.30 — Partida em caravana para o almoço.
- 13.00 — Almoço no «Restaurante Circunvalação» — Rua da Arroiteia, N.º 18/24 — Porto (junto ao Hospital de S. João).
- 20.00 — Continuação do convívio de aniversário nas instalações da delegação (confraternização para recordar as «histórias» que fizeram a «história» da delegação, caldo verde e fados).

As inscrições devem ser feitas por escrito ou através do telefone 820403 até às 17 horas do dia 03-12-91, sendo o preço por pessoa de 2000\$00 para o almoço e de 250\$00 para o caldo verde.

CONVÍVIO DE NATAL 1991

Como tem sido habitual em anos anteriores, a Direcção da Delegação do Porto vai, uma vez mais, realizar um Convívio de Natal, no próximo dia 14 de Dezembro.

Sendo o Natal a festa da família, em que as crianças têm um papel relevante, decidiu-se por isso que o convívio se realize nas nossas instalações e que seja inteiramente voltado para os mais pequenos.

Assim, e apesar de os meios não serem os

melhores, tudo faremos para transmitir-lhes a mensagem própria desta quadra festiva.

PROGRAMA:

- 15.00 — Recepção das crianças/animação.
- 16.00 — Merenda e distribuição de lembranças.

BOLETIM DE INSCRIÇÃO

(Recortar e enviar à ADFA-Porto até 06-12-91)

Nome Sócio N.º

Filhos Idade

Centro de Reabilitação da ADFA-Porto

Na continuação do trabalho informativo sobre o Centro de Reabilitação da ADFA, sediado no Porto, damos hoje conhecimento do seu último «Relatório trimestral», relativo ao período de Junho, Julho e Agosto. De salientar, antes da transcrição do citado documento, que avança em bom ritmo a instalação do Centro de Reabilitação Profissional de Gaia, tendo sido atribuída à nossa unidade (que, como se sabe, integra aquele organismo, em conjunto com o IEFP e a CERCIGAIA — ver ELO de AGO/SET), a responsabilidade do processo de conclusão das obras do edifício onde ele será instalado (ver ELO de Março).

Quanto aos «Protocolos de cooperação» assinados com o Centro de Paralisia Cerebral do Porto e com a Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia citados no texto, deles se deu já conta alargada no ELO de Julho.

Relatório

A primeira iniciativa do Conselho Directivo, após a sua tomada de posse e início de funções em 27.05.91, foi naturalmente pôr em funções o outro órgão previsto no Regulamento do Centro — o Director. Para esse efeito foi acordada com o então director — dr. Jerónimo de Sousa — a continuação das suas funções no cargo. Aliás, e na sequência da sua propositura para director do Centro de Reabilitação de Gaia, nos termos da Cláusula VIII do Acordo de Cooperação com o IEFP e a CERCIGAIA.

O Conselho Directivo tomou posse de todo o processo relacionado com as obras de conclusão do Centro de Gaia, iniciadas em fins de Maio, nos termos da alínea c) do Capítulo do Regulamento do Centro. Estas obras foram adjudicadas, por contrato de 02.05.91, pela Delegação do Porto à firma Soares da Costa, pelo valor de 75 000 contos (mais IVA), e deverão estar concluídas antes do fim de Dezembro. As obras têm decorrido em ritmo normal e prepara-se a realização de outros trabalhos necessários à completa disponibilização das instalações para a sua utilização.

No âmbito do prosseguimento de uma política de articulação do trabalho do Centro com outras entidades foram estabelecidos acordos de trabalho com o Centro de Reabilitação de Paralisia Cerebral do Porto e com a Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia.

Na sequência do processo iniciado em 1989, o Centro tem participado activamente nos trabalhos de legalização da FORMEM — Federação Portuguesa de Centros de Reabilitação Profissional e Emprego de Deficientes, cuja escritura de constitui-

ção foi celebrada em 30 de Julho passado, continuando o Centro a fazer parte da Comissão Instaladora.

No âmbito do desenvolvimento de uma das preocupações fundamentais do Centro — a investigação e desenvolvimento em reabilitação — foram elaborados ou estão em elaboração os seguintes projectos candidatos aos apoios da Comunidade Económica Europeia, a desenvolver por consórcios comunitários integrados pelo Centro:

— 3 projectos no âmbito da Iniciativa HORIZON:

- Criação de uma Unidade de Avaliação/Orientação
- Criação de uma Unidade de Engenharia da Formação
- Criação de uma Unidade de Engenharia da Reabilitação Ergonomia/Ajudas Técnicas

— 2 projectos no âmbito da Acção Piloto TIDE:

- MODEMA — Construção de um modelo explicativo da Integração Profissional de Deficientes
- Utilização de CAD/CAM na Produção de Ajudas Ortoprotésicas

— 1 projecto no âmbito do Programa AIM:

- EVE — Instrumento de Avaliação para Facilitar a Interação e a Integração da Deficiência e da Tecnologia.

Para esse fim têm sido desenvolvidos intensos contactos internacionais.

Atendendo ao disposto no Regulamento do Centro (n.º 4 e 5 do Capítulo I) foi ponderada a oportunidade, que se julga favorável, de iniciar o processo tendente à obtenção da figura jurídica de «centro protocolar de gestão participada» para o Centro de Reabilitação Profissional de Gaia.

NOVA SEDE

PARTICIPANDO CONSTRUÍMOS O FUTURO!

Estranho que quanto maior espaço na nossa certeza e no nosso futuro ocupa a nova Sede, sonho prestes a ser tornado realidade bem material e plenamente palpável e visível, menos linhas sejam necessárias para aqui indicar o andamento da nossa campanha de fundos... Que se passa? Será que se perdeu o entusiasmo, ou se julga que apenas o esqueleto terá vida?

Como já foi dito, para além do edifício, nada mais está garantido, tendo de ser a capacidade da ADFA, e dos seus sócios, a conseguir tudo o resto, o que, como se sabe, atinge valores bastante elevados. Não há um ditado que diz que o rabo é o mais difícil de esfolar? Há



que haver consciência disso e não deixar esmorecer a vontade, até há pouco bem provado pelos montantes chegados, de participar na obra que é de todos nós. E aqui se deixa um apelo especial aos que ainda não contribuíram, dado que é certamente injusto que apenas alguns tenham feito o seu donativo para algo que é para benefício e usufruto colectivo.

Entretanto, continuando com o seu trabalho, a Comissão de Angariação de Fundos tem já planeadas várias acções, entre as quais, a breve prazo, o envio de cartas para as mil maiores empresas nacionais, no sentido de obter a sua adesão, a que se seguirá toda uma série de contactos pessoais, havendo grande esperança de um apoio efectivo a tal campanha.

Por agora, e chamando antes a atenção para o relato que se faz, noutra local, da visita à nova Sede, por parte dos participantes nas comemorações do 17.º aniversário do ELO, as tais poucas linhas deste mês...

Transporte (OUT91) 8 692 388\$20

SÓCIOS

N.º	NOME	QUANTIA
Sede:		
5 808	Duarte A. Isidro	10 000\$00
13	Manuel T. C. Pinheiro	25 000\$00
1 139	Amândio S. Antunes	15 000\$00
803	Manuel D. S. Costa	10 000\$00
6 179	Adalberto L. Binda	10 000\$00
331	José M. Diniz	10 000\$00
10 583	José A. Pinto	3 000\$00
782	Manuel S. M. Bicho	6 000\$00
10 818	José M. Silva	5 000\$00
8 812	João D. S. Raposo	5 150\$00
11 809	Rogério G. R. Santos	5 000\$00
11 687	António A. Teles	1 000\$00
1 902	José F. Cunha	5 000\$00
11 978	Heitor T. Lopes	5 000\$00
8 338	José S. Mateus	5 000\$00
11 217	António A. C. Cavaco	5 000\$00
7 612	Fernando R. Pereira	5 000\$00
4 987	Jorge J. Laje	5 000\$00
10 543	Adélia S. F. Figueiredo	5 000\$00
(Setúbal)		
8 648	Carlos F. S. S. Machinho	4 000\$00
3 371	José S. P. Faria	1 000\$00
10 432	José M. O. Soares	5 000\$00

A transportar (NOV91) 8 842 538\$00

Festas de Natal

Embora não nos tenham chegado informações mais completas sobre festas de Natal nas Delegações, excepto as indicadas em destaque, procurámos saber, via telefone, de outras realizações. E assim:

Funchal e Vila Nova de Famalicão organizam as suas festas no dia 8 de Dezembro, decorrendo a segunda no Cine Augusto Corrêa, a partir das 9.30 h.

Évora terá a sua no dia 21, organizando Setúbal um almoço a 14.

Faro

A tradicional festa de Natal da Delegação terá lugar no dia 21, a partir das 15.30 h, nas suas próprias instalações, devendo as inscrições serem feitas através do telefone (089)2 85 15, ou na própria Sede local, até às 18 horas do dia 20.



Divididos por dois dias as comemorações do 17.º aniversário do ELO, as mesmas constaram, no dia 22, de um colóquio subordinado ao tema «A informação, a deficiência, a reabilitação» e a 23, em jornada mais associativa, de uma visita às obras da nova Sede, seguida de almoço de confraternização.

No colóquio, a que estiveram presentes, em representação, respectivamente, da Secretária Nacional de Reabilitação, o dr. Orlando Monteiro, e do Director-Geral da Comunicação Social, o dr. Sousa Dinis, intervieram, como oradores convidados, a dr.ª Júlia Vasconcelos, directora do Serviço de Reabilitação do SNR, e o jornalista João Paulo Dinis, conhecida figura da Rádio, não tendo sido possível, devido a doença, a participação do jornalista desportivo Neves de Sousa.

Feita, pelo director do ELO, a apresentação dos elementos da Mesa, in-

lia a decorrer nessa mesma noite, no Rossio, guardado um minuto de silêncio pelas vítimas dos massacres e das perse-



guições, findo o qual foi lida a mensagem que, a propósito e dias antes, a ADFA dirigira ao Secretário-Geral da FMAC (ver páginas centrais).

e de emprego, como se de uma operação de «marketing» se tratasse, em face da competitividade real existente, apelando ao reforço da unidade e da interacção do respectivo movimento associativo. Por seu lado, João Paulo Dinis, que prestou serviço militar na Guiné, durante a guerra colonial, salientou o papel importante da informação para a divulgação e conhecimento, por parte da população, das questões que se põem à deficiência, e ao deficiente, advogando a criação de espaços nos meios de Comunicação Social, em especial os radiofónicos e os televisivos, para um sistemático e correcto esclarecimento da opinião pública sobre as matérias abrangidas, no sentido de mudança de mentalidades e atitudes perante a pessoa deficiente.

Precedido por breves palavras do Presidente da

DC, José Arruda, assistiu-se, durante largo período, a animado debate, com intervenções vigorosas, emocionadas, até, de vários participantes, no-



Lisboa), os quais focaram, principalmente, a questão da insuficiência de informação de qualidade saída na Comunicação Social, por manifesta pouca vontade dos seus

obras da nova Sede, na qual participaram sócios, esposas e filhos, em número superior a uma centena de pessoas, destacando-se a excursão do Porto e representantes das restantes Delegações do Continente, exceptuada a de Évora. Ponta Delgada, na dificuldade de estar fisicamente presente, pela distância, comunicou ali estar em espírito, comungando do sentir de todos e no abraço ao ELO, devendo-se a ausência do Funchal à realização, nesse mesmo dia, da respectiva reunião entre órgãos centrais e regionais, integrada nas jornadas nacionais de informação.

Intensamente vivida e interessada, após algumas palavras dos presidentes da Mesa da Assembleia Geral Nacional e da Direcção Central, a descoberto dos amplos, acolhedores e funcionais espaços que constituirão a nossa futura Casa, foram durante todo o percurso, prestadas as necessárias informações e explicações sobre a construção, finalidade e aproveitamento de cada área, pelo elemento da DC encarregue de acompanhamento da obra, Artur Vilares.

Foi agradável para toda a equipa do ELO constatar que os seus futuros gabinetes foram os primeiros a receber a instalação de janelas, tendo sido, por isso, mostrados como modelo para o restante edifício. Aproveitou então o nosso Director para ali tecer algumas considerações sobre a efemeridade e a sua relação com a Sede, já que, também em 23 de Novembro de 1974, o ELO surgiu, na sequência da ocupação da parte então devoluta do Palácio da Independência.

Comentários entusiasmados, até mesmo orgulhosos, dos sócios, a par da vivacidade e alegria, não contidas, dos seus filhos mais novos, ao percorrerem os três andares que constituem o imóvel, foram antevisão (pre)sentida do que pode e deve ser a nossa vivência futura.

Seguindo-se para a Sede (a antiga...), onde teve lugar o almoço, no bar-cantina que, não tendo capacidade para permitir a presença de quantos se pretenderam inscrever — demonstração da urgência de mudança para instalações condignas, e com lugar para todos —, a custo albertou, numa das grandes manifestações associativas da ADFA, a centena de convivas que, em ambiente de elevado significado, comemorou, e felicitou, os 17 anos de publicação do ELO.

Na ocasião própria, e ao partir do bolo de aniversário, ouviram-se breves mensagens dos responsáveis nacionais e regionais presentes, bem como de alguns sócios que não quiseram deixar de, em exaltação associativa, expressar os seus sentimentos. Reflexo de tal entusiasmo foi a proposta apresentada por vários elementos do Porto, no sentido de se proceder, ali mesmo, a uma recolha de fundos, a fim de se efectuar a gravação de uma placa, a afixar na nova Sede, com os seguintes dizeres: «Primeira visita nacional à nova Sede da ADFA — 17.º aniversário do ELO — 23NOV91». Aceite, da melhor maneira, tal sugestão, ela viria a traduzir-se em cerca de setenta mil escudos. No entanto, o entusiasmo e boa disposição remanescentes não deixaram esquecer os sócios já falecidos, por quem foi guardado um minuto de silêncio, o qual, desta vez, e infelizmente, foi também repetido pelas vítimas da repressão indonésia em Timor-Leste. Concluía, assim, uma jornada de intenso e sentido calor associativo, indicadora da grande vontade de intervir e participar, por parte dos sócios, estando o ELO convicto de que o seu aniversário constituiu momento importante para reflexão e divulgação da ADFA, contribuindo, também, para o reforço e intensificação da unidade dos deficientes militares, na envolvimento imprescindível das suas famílias.



cluindo os conferencistas, e dos motivos que levaram à organização deste encontro, a que aderiram, além de algumas individualidades, organizações de e para deficientes e associados, foi, em solidariedade para com o povo de Timor-Leste, e da vigi-

Seguidamente falaram os oradores mencionados, tendo a dr.ª Júlia Vasconcelos abordado o tema proposto mais pela vertente da reabilitação, salientando a necessidade da entrada da defesa do deficiente, e dos seus direitos, no mercado social

meadamente, para além dos próprios oradores, do major Jorge Maurício e de Armindo Roque (ADFA), de António Cordeiro (UNCNOD), de Vítor Freira (APIR), do dr. Francisco Alves (ACAPO) e da dr.ª Rosa Maria Sampaio (C. M.

Finalizaram os trabalhos, congratulando-se pela iniciativa do ELO, e mostrando satisfação pela forma extremamente calorosa como aqueles decorreram, os drs. Orlando Monteiro e Sousa Dinis, os quais informaram ir transmitir, respectivamente, à Secretária Nacional de Reabilitação e ao Director-Geral da Comunicação Social, com o maior interesse, a mensagem contida em todas as intervenções.

Encerrada a sessão, foram os presentes convidados a passar a uma outra sala, onde se encontrava montada uma pequena exposição fotográfica sobre a ADFA e o ELO, e onde lhes foi servido um aperitivo.

O dia 23, mais eminentemente associativo, iniciou-se com a visita às



Agência Lusa



Mensagem para o Secretário-Geral da FMAC

19.11.91

A Associação dos Deficientes das Forças Armadas vem manifestar o mais profundo pesar e repúdio pela violação dos Direitos Humanos em Timor-Leste, revelados nos mais recentes acontecimentos perpetrados pela Indonésia, que de forma brutal abalaram o Mundo, apelando a V.ª Ex.ª para que, em consonância com as resoluções n.º 9 e 24 aprovadas por unanimidade pelo 48.º Conselho Geral e pela 20.ª Assembleia Geral da FMAC, desenvolva todas as acções ao alcance da Federação Mundial dos Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra, por forma a que o povo de Timor-Leste venha a usufruir dos direitos universalmente reconhecidos a todos os povos a fim de que, livremente, possa decidir sobre o seu destino.

A ADFA não pode deixar de condenar, com veemência, o sangrento massacre ocorrido em Díli, apelando a todas as associações congéneres, que, junto dos seus Governos, promovam o espírito da FMAC por forma a que esta violação seja mundialmente condenada e para que o povo de Timor-Leste readquira a sua dignidade.

Reiteramos a nossa solidariedade, como sempre o fizemos, para com o povo mártir de Timor-Leste, juntando-nos a este dia de luto nacional, homenageando a memória dos que tombaram no Cemitério de Santa Cruz, pela causa da liberdade.

Message pour le Secrétaire General de la FMAC

19.11.91

L'Association des Handicapés des Forces Armées, vien manifester son plus profond regret et repudiment par la violation de les Droits Humaines et la violation de le Droit International à Timor Oriental, qui ont été revelés au Monde, dans les plus recents évènements, perpetrés par l'Indonésie et qui d'une forme brutal ont troublé le Monde, faisant un appel à Vous, pour qui en consonance avec les résolutions n.º 9 et 24, qui ont été approuvées par unanimeté, respectivement par le 48.º Conseil General et la 20.º Assemblée Generale de la FMAC, developper tous les actions à l'atteinte de la FMAC, tendants à que le peuple de Timor Oriental, eu l'usufruit des droits universelment réconnus à tous les peuples et, afin que son peuple soit libre de choisir son destin.

L'ADFA ne peut pas laisser de condamner avec toutes ses forces, le sanglant massacre survenu à Díli, appelant a toutes les associations membres de la FMAC et des associations parues, de demander instamment à leurs gouvernements respectifs, qui proumouvoient l'esprit de la FMAC, tendant a que cette violation soit mondialment condamnée et que le peuple de Timor Oriental rencontre sa dignitée perdue.

Nous répétons notre solidarité, comme toujours nos avons fait, pour le peuple de Timor Oriental, dans ce jour de deuil national, rendant notre hommage a tous ceux qui ont tombés, au Cimitière de Santa Cruz, par na cause de la libertée.



ADFA se com o de Timor

Já em Manila, em Dezembro de 1988, a ADFA apresentava, à 19.ª Assembleia Geral da Federação Mundial de Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra — FMAC, como ponto 4.º da sua Declaração aí levada, o seguinte:

«A ADFA aproveita esta ocasião para chamar a atenção não só da FMAC como das outras associações membros, para a necessidade de solução deste problema, dentro do espírito da 'resolução' da ONU, tendo em vista o restabelecimento da paz no território de Timor-Leste.»

dramática vivida pelo povo oprimido e martirizado de Timor-Leste, quer em contactos pessoais mais restritos quer durante os grandes fóruns proporcionados pelas reuniões mundiais da FMAC, a Direcção Central da ADFA, perante os trágicos acontecimentos do Cemitério de Díli, em Reunião Extraordinária, no dia 18, e dentro do mesmo espírito das acções anteriores, toma as seguintes decisões:

1. Solidarizar-se com o Dia de Luto Nacional;
2. Enviar ao Secretário-Geral da FMAC, em Paris, uma nota de protesto onde se manifesta repúdio e pesar pelos acontecimentos, apelando ao Secretário-Geral que desenvolva todas as acções de modo a que o



Mais tarde, e por ocasião do 48.º Conselho Geral da mesma Federação Mundial, reunido em Banguécoque, em Novembro de 1990, na altura em que a FMAC celebrava o seu 40.º aniversário (ver ELO/NOV90), novamente a ADFA levanta a questão dos «Direitos Humanos» em Timor-Leste, levando a ser aprovado o seu projecto de resolução sobre o assunto. Muito recentemente, e conforme o último ELO largamente noticia, a ADFA torna a levar o assunto a uma reunião da FMAC, neste caso a sua XX Assembleia Geral, realizada em Helsínquia, o mês passado, tendo sido aprovado como «Resolução» o seu documento sobre «O Respeito Pelo Direito Internacional».

Tendo assim, e dentro das suas possibilidades, tentado, desde há anos, chamar a atenção internacional para a situação

rio-Geral da FMAC, em Paris, uma nota de protesto onde se manifesta repúdio e pesar pelos acontecimentos, apelando ao Secretário-Geral que desenvolva todas as acções de modo a que o



A.R.

solidária o povo nor-Leste

elo
irite,
es-
uer
fó-
pe-
da
en-
os
tos
em
ria,
do
las
ma

Governo indonésio ces-
se, de imediato, tais vio-
lações e cumpra as reso-
luções das Nações Uni-
das, de forma a que o
povo de Timor possa, em
liberdade, escolher o seu
destino:

3. Enviar aos vários ór-
gãos de soberania e ou-
tras entidades a nossa
tomada de posição e o
contributo já dado pela
ADFA para a resolução
deste drama.

4. Enviar a todos os
órgãos de Comunicação
Social um comunicado
demonstrando o nosso
repúdio pelos actos san-



Agência Lusa

em
pro-
esta
elos
an-
ral
as
e o

grentos praticados pelo
Governo indonésio.

5. Reforçar a solidarie-
dade para com o povo de
Timor, no plano nacional
e internacional, promo-
vendo todas as iniciativas
ao nosso alcance, no âm-



Agência Lusa

bito político e sociocul-
tural.

E no seu cumprimento
remete ao Secretário-Ge-
ral da FMAC a mensa-
gem que se reproduz
nestas páginas (a tam-
bém transcrição do texto
original, em francês,
deve-se ao facto de se
pretender enviar este nú-
mero do ELO para todas
as organizações mem-
bros da FMAC e outras
entidades), com conheci-
mento aos mais diversos
órgãos de soberania na-
cionais e à Comunicação
Social. Em resposta,
aquele dirigente da Fede-
ração Mundial envia, de
imediato, um fax para um
dos responsáveis pela
Associação de Antigos
Combatentes da Indoné-
sia, transmitindo-lhe o
protesto e a angústia da
ADFA e pedindo-lhe que
procure saber, e infor-
mar, do que se passava.

Entretanto, a Associa-
ção, no dia da vigília do
Rossio, que coincidiu
com a realização, na
Sede, do colóquio inte-
grado nas comemora-
ções do aniversário do
ELO, para além de, no
início deste, ter guardado
um minuto de silêncio (o
que se repetiria no dia
seguinte, por ocasião do
almoço de convívio), par-
ticipa naquela jornada de
solidariedade, quer atra-
vés da presença de ele-
mentos da Direcção-Ge-
ral, e outros sócios, quer
pela colocação de velas
acesas nas suas janelas,
quer ainda pelo envio de
uma mensagem à Comis-
são dos Direitos do Povo
Maubert.

A ti, povo mártir de Timor,

que juntas sangue e lágrimas, em trágica amál-
gama de dezasseis anos de esquecimento,
horrores e sofrimento e em grito amordaçado,
misto de gemido e balbúcio das mesmas pala-
vras que comungamos há quatro séculos, dedi-
cam os sobreviventes de dramas e situações,
que lhes marcaram corpo e alma, o seu senti-
mento de revolta e solidariedade;

A ti, povo mártir de Timor,

a quem, no alvor de um sonho de independên-
cia, agrilhoaram ao pesadelo da escravidão o
desejo fraterno do total reencontro com a liber-
dade em perigo, na dignidade que tão heroica-
mente vens defendendo;

A ti, povo mártir de Timor,

a quem querem extirpar cultura e credo ance-
strais, na tentativa de anulação de uma identida-
de tão forte e própria, o sentir magoado dos que
contigo tanto partilharam;

A ti, povo de Timor,

a quem a distância foi dada como desculpa para
o abandono a que foste votado, ferida que agora
se abriu em mensagens e preocupações tar-
dias, o abraço de maior aproximação daqueles
que há muito vêm denunciando a tua dor;

A ti, povo mártir de Timor,

a quem os senhores da Terra, esquecida e
humilhada a Justiça, querem trocar, à custa do
sangue dos teus filhos queridos, por interesses
económicos, a nossa esperança de que, em
remorso internacional, a Democracia e o Direito
te permitam viver em Paz;

Por ti, povo irmão de Timor,

espinho cravado no coração e na consciência
da Humanidade, gritamos ao Mundo:

BASTA!

O RESPEITO PELO DIREITO INTERNACIONAL

A Assembleia Geral:

1. Considerando os princípios da «Carta
das Nações Unidas», da «Declaração Uni-
versal dos Direitos do Homem» e reforço do
Direito Internacional resultante da interven-
ção da ONU na crise do Golfo;

2. considerando as resoluções da ONU
que apelam ao respeito dos direitos legíti-
mos dos povos à liberdade, à autodetermi-
nação e independência, do seu desenvolvi-
mento sem ingerência externa;

3. lembrando a Resolução 9 da 48.^a
Reunião do Conselho Geral da FMAC que
pede o respeito pelos acordos internacio-
nais subscritos;

4. considerando que certas resoluções
das Nações Unidas respeitantes a eleições
livres não são ainda levadas a cabo;

5. pede insistentemente às associações
membros para que convençam os seus
governos a que façam pressão junto da
comunidade internacional, com vista à
obtenção de um maior respeito para com as
resoluções da ONU e princípios desta orga-
nização, a fim de que cada povo seja livre
de escolher o seu destino.

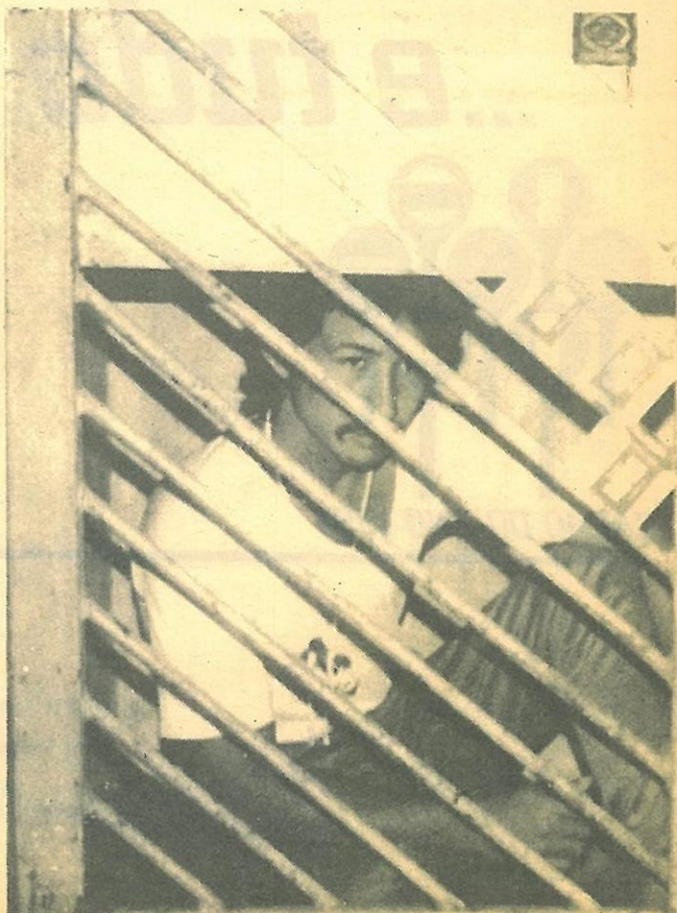


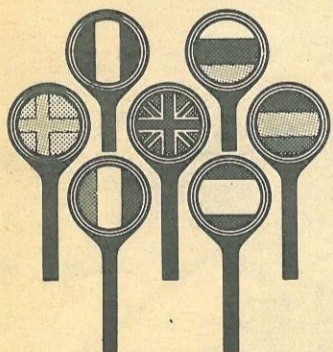
Foto cedida por «A Paz é possível em Timor Leste»



EXPERIÊNCIA VIVA

Interessado no novo Renault Clio? É compreensível.
Indeciso sobre qual a versão que mais lhe convém?
Visite-nos e faça um ensaio do Renault Clio.

...e tudo se transforma



CARRO DO ANO 1991



RENAULT

Ao Ritmo da Vida

CONCESSIONÁRIO

RENAULT PORTUGUESA, S.A. (Sucursal)
Rua Dr. José Espírito Santo, Lote 11-E (Oficina, peças) — Tel.: (01) 859 00 58
1900 LISBOA
Av. Frei Miguel Contreiras, 16-A (Oficina, peças) — Tel.: 80 84 98/88 61 14
1700 LISBOA
Av. de Roma, 25 (Stand) — Tel.: 76 50 71/2 — 1000 LISBOA
Av. Infante D. Henrique, Lote 575 (Stand) — Tel.: 31 91 30/31 91 61 — 1800 LISBOA

Mas as crianças, senhores... porquê também agora as desse tão esquecido Timor?

J.M.S.

De forma dramaticamente contrastante, no mês em que se comemora o 32.º aniversário da assinatura da «DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA» (20/NOV/59) e o 2.º da «CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DA CRIANÇA» — o que passou despercebido, até talvez por vergonha —, os jornais enchem-se de horrores e já não tão-só pelos trágicos resultados quer das múltiplas e, parece, crescentes guerras e conflitos armados, quer das catástrofes mais ou menos naturais, como também pelo aumento das brutalidade e violência familiares e sociais, em que as grandes vítimas, indefesas e sem qualquer culpa, são os mais pequenos, os que deveriam ter/receber condições para aquele Mundo melhor que os mais velhos não souberam construir. A par dos feridos e dos assustados, dos órfãos e dos abandonados, dos refugiados e dos sem casa, dos pobres e dos esfomeados, surgem cada vez mais os atingidos por uma enorme onda de violência no próprio meio familiar, com espancamentos, violentações e tortura.

«Deixai vir a mim as criancinhas», se alguma vez foi dito, não tinha, com certeza, o sentido de as chamar, precocemente, para o reino dos céus. E se assim fosse, seria, certamente, por se adivinhar a sociedade em que, sendo apanhadas e sobrevivendo, grande parte delas, ao crescerem, procurariam reproduzir, de forma logicamente humana e civilizada, a crueldade que lhes tinha sido imposta quando ainda sem protecção... e sem direitos!

O que se tem passado com Timor-Leste é um caso típico do círculo vicioso de hipocrisia em que vivemos, e fazemos viver as nossas crianças. Mas não apenas esse, claro, pois todos os dias nos continuam a chegar mais relatos de outros horrores, fazendo esquecer, sem que tenham sido resolvidos, os de ontem. Ou será que, por milagre, desapareceu a fome na Etiópia, a miséria na Índia, a cólera no Peru, os assassínios no Brasil, o analfabetismo e as carências gerais no Terceiro Mundo, os campos de refugiados um pouco por toda a parte?

E isto enquanto neste pequeno planeta que é o nosso há quem discuta excessos de produção de bens alimentares ou orçamentos militares que, aplicados onde deviam, podiam resolver em pouco tempo, todos os grandes problemas mundiais.

Mas, se a Terra fosse um paraíso, que fariam os «ricos e poderosos»? Se houvesse igualdade, como seriam uns «mais iguais» do que outros? Se apenas reinasse o Bem, que fazer do Mal?

A grande vergonha não é aceitar, assumindo-a, a diferença, as diferenças, procurando atenuá-las e anulá-las, em conjunto. A grande vergonha, é dizer que se é o que se não é, em mentira descarada que fere sempre os mais fracos. Ou arranjar razões, e desculpas, para o que foi ontem, pode já não ser hoje, ainda que



amanhã volte a ser, conforme situações e interesses de momento.

Se os Estados, no significado de Poder/governantes que não de Povo/governados, se permitem jogar, no tal amplo círculo vicioso da hipocrisia, com o destino e vida de populações e países, em nome em «morais» flutuantes, já que, repete-se, as de hoje podem ser, amanhã, totalmente alteradas e desvirtuadas que garantia de Paz e estabilidade pode haver?

Dois exemplos, um espiritual e outro material, que embora já antigos de há muito, Timor tornou mais actuais e flagrantes, são os da Igreja e dos Estados Unidos da América (ressalve-se, novamente, que no sentido de Poder/governantes): a primeira, igual a si própria, confirma, mais uma vez, que se Cristo voltasse à Terra seria para expulsar uns quantos vendilhões do Templo: a segunda, idem, idem, reafirma que apoiar, em casa alheia, sistemas ditatoriais e corruptos, continua a ser óptima política para a dominar.

Mas também em relação a Portugal, haja a coragem de admitir e assumir os erros e incoerência do passado — que sendo bastantes não podem ser invocados, por quem quer que seja, em «Comissões» que certamente se assemelharão a algumas nossas para mais fazer sofrer os já atingidos —, na procura de obviar os futuros. E nesse sentido, que o povo de Timor, e as suas crianças que rezam, e choram, em português, há já 400 anos sejam consciência na defesa dos direitos do povo e das crianças de Cabinda, também.

Fez em Setembro um ano que, na ONU, se realizou com a presença de inúmeros Chefes de Estado e do Governo, a «CIMEIRA MUNDIAL PARA AS CRIANÇAS». Embora no primeiro ano do projecto não pareça ter havido alterações para melhor, haja a esperança de que, se também aos pais forem asseguradas condições de dignidade humana, as crianças de hoje possam ainda construir uma sociedade em que os filhos de uns não maltratam os netos de outros.

E que, ao aproximar-se uma época natalícia, a essência da mensagem seguinte, escrita há precisamente 17 anos (29/NOV/74), em ambiente e circunstâncias diferentes, não seja então, tão actual como hoje, infelizmente, ainda é.

NATAL

A bala encontrou na sua trajectória a cabeça do menino e desfez-se em sangue!
Jesus continuou sorrindo para sua Santa Mãe!

A Mãe da criança morta levantou-a nos braços esqueléticos e nem uma lágrima conseguiu chorar porque a longa amargura da guerra e da destruição tinham-na insensibilizado.
A Virgem Maria sorria, olhando para seu Divino Filho!

Os carpinteiros da fábrica apenas pretendiam pedir o suficiente para poderem dar de comer e de vestir aos filhos, quando a Polícia chegou e matou dois, ferindo doze!
São José sorria, enlevado, olhando a sua Santa Família!

Os grandes industriais de armas, os generais-políticos e os patrões discutiam, no clube, os presentes que iriam dar às famílias, enquanto os Reis Magos ofertavam ouro, incenso e mirra ao recém-nascido!



Viaturas RENAULT

PREÇOS NAS CORES OPACAS

EM VIGOR A PARTIR DE 91.07.15

MODELOS	PREÇO BASE	P. V. P.
Renault Clio RL 1.1 3 p	1 016 457\$00	1 401 422\$00
Renault Clio RL 1.1 5 p	1 075 257\$00	1 467 878\$00
Renault Clio RN 1.2 3 p	1 137 787\$00	1 671 997\$00
Renault Clio RN 1.2 5 p	1 195 310\$00	1 639 533\$00
Renault Clio RT 1.2 3 p	1 277 091\$00	1 734 982\$00
Renault Clio RT 1.2 5 P	1 333 761\$00	1 801 275\$00
Renault Clio RT 1.4 3 P	1 356 853\$00	1 987 518\$00
Renault Clio RT 1.4 5 p	1 414 577\$00	2 055 055\$00
Renault Clio Baccara	1 879 988\$00	2 599 586\$00
Renault 19 TR 5 p	1 385 414\$00	1 899 418\$00
Renault 19 GTS 5 p	1 495 002\$00	2 154 417\$00
Renault 19 GTS 5 p	1 719 892\$00	2 417 538\$00
Renault 19 TR Drive	1 403 006\$00	1 920 000\$00
Renault 19 GTS Dynamic	1 528 223\$00	2 193 286\$00
Renault Chamade TR	1 399 130\$00	1 915 466\$00
Renault Chamade GTS	1 524 561\$00	2 189 001\$00
Renault Chamade TSE	1 753 955\$00	2 457 392\$00
Renault TR drive	1 416 681\$00	1 938 000\$00
Renault 21 GTI Bicorpo	1 809 875\$00	2 528 838\$00
Renault 21 GTL Tricorpo	1 809 875\$00	2 528 838\$00
Renault 4 GTL	938 986\$00	1 308 441\$00
Renault 4 TL Savane	840 634\$00	1 130 002\$00
Renault Express Combi, 5 lug.	1 270 186\$00	1 704 720\$00
Renault Express Hobby	1 369 044\$00	1 820 384\$00

VIATURAS EQUIPADAS COM CAIXA AUTOMÁTICA

Renault 19 GTS	1 739 660\$00	2 423 082\$00
Renault 19 TSE	1 959 928\$00	2 680 795\$00
Renault — Clio Baccara	2 050 988\$00	2 810 186\$00

Transferência+Transportes:
Renault 4 — 17 980\$00; Renault Clio — 17 980\$00; Renault 19 — 22 480\$00; Renault Chamade — 22 480\$00; Renault 21 — 22 480\$00; Renault Express, 22 480\$00.

NOTA: Os preços aqui apresentados não contemplam as cores metalizadas. As cores metalizadas variam entre os 19 891\$00 e os 30 817\$00.

VENDAS ESPECIAIS PARA DEFICIENTES

Atendimento aos sócios:

Sede: dias úteis, das 16 às 18 horas, ou na residência, a partir das 19 horas (Telef. 443 19 51);

Porto: Primeiro sábado de cada mês;

Outras Delegações: de acordo com os pedidos.

Delegado de vendas: Sr. Bernardes

Nós com os outros

— O pequeno grupo dirigia-se, com os cuidados necessários nessa zona de minas e emboscadas, para o interior da floresta do Maiombe (Cabinda), a fim de ir buscar lenha, quando a viatura em que seguia o alferes, ao passar a ponte enlameada, feita de troncos de árvore, derrapou e caiu ao rio, projectando todos os seus ocupantes...

— O oficial de tiro do RINL (Nova Lisboa) acabava de explicar, pacientemente, a forma correcta de manusear a «Mauser» e de comportamento na carreira de tiro, quando o recruta, voltando-se intempestivamente para ele e dizendo: «Meu alferes, a minha arma não dispara», puxou o gatilho...

— Os dois «jeeps» seguiam rápidos pela estrada de Sanga-Planície (Cabinda), tantas vezes percorrida, na direcção da «Curva da Morte», quando se deu a emboscada, tendo, logo aos primeiros tiros, sido atingida a viatura em que seguia o capitão comandante da companhia...

Destes três momentos não resultou, felizmente, para o agora civil José Manuel Bastos de Sande e Vasconcelos qualquer ferimento ou deficiência.

Não sendo um de «nós» (deficiente militar), mas sendo um os «nossos» (antigo combatente). José Manuel Sande já está com o ELO, e com a ADFA, desde Julho de 1988, sendo para cá trazido pelo então Director, Eduardo Cascada, com quem havia estado no mesmo Batalhão, em Cabinda.

Tendo sido pensado, por ocasião de mais um aniversário do jornal, conversar, para «Nós com os outros», com os colaboradores mais directos, optou-se, este mês, por apresentar apenas o actual Chefe de Redacção (se assim se pode chamar às suas funções), não só porque, como observador e espectador interessado

da nossa vida associativa, como conhecedor do meio militar mas também com apreciável vivência humana e social, pode, de forma mais livre e imparcial, tecer considerações pertinentes sobre aquelas e suas outras várias envoltórias, como também porque sabíamos que há já algum tempo tinha em «gestação» um trabalho sobre esta sua experiência, que nunca mais safa e que assim despoletamos.

JMS — Na realidade, tendo que ser um artigo extenso, hesitei em apresentá-lo. Intitular-se-ia «Pátria madrastra, filhos ingratos, irmãos desavindos».

ELO — Polémico?

JMS — Nem por isso.

Tendo feito duas comissões em Angola, a maior parte em situação operacional e de isolamento, fui obrigado, pelas circunstâncias, e também por feitio, a viver muito intensamente todo um ambiente de extrema tensão e ansiedade, em que a camaradagem era valor genuíno e desinteressado e em que apenas a generosidade, por vezes chamada coragem, de cada um, de tantos, podia salvar, e salvou, a vida de muitos outros. Foram meses, anos, que me marcaram muito, que marcaram cada um de nós, para o resto da vida, não podendo/devendo ser esquecidos, de forma nenhuma, já que extraordinários exemplos de dignidade simples e anónima que nos foram dados assistir, realçados por trágicos erros/crimes escondidos e por injustiças e oportunismos verificados, nos deviam servir de padrão para comportamentos e análises futuras.

«Pátria madrastra» é a razão de ser dos três apontamentos iniciais (e não o episódio isolado que me pediram), porque mandando os seus filhos para a guerra, longe de casa, em condições sempre ingratas, exigindo-lhes sacrifícios, os trata

de maneira tão diferente quando a infelicidade os atingiu de igual modo, com idênticas repercussões familiares e sociais. Só outro exemplo, para melhor comparação/compreensão: o do valente e voluntarioso operacional que esteve sempre em todas as situações de perigo, passando minas e emboscadas, socorrendo camaradas feridos, afugentando o inimigo, jogando permanentemente à roleta russa com a morte, e que, numa coluna calma, talvez a primeira da sua comissão, quando ia de merecida licença, é cuspidado da viatura quando esta se despenha pela ribanceira, e parte a espinha; o do despercebido e preguiçoso escriturário, «baldas» a todo o momento, «sopas e descanso» e que, na coluna que também o levava para outras «férias», ouve um único tiro em toda a guerra, o que o atinge quando se escondia debaixo da viatura, e lhe parte o braço esquerdo... E quantas outras situações de acidentes provocados pelo ambiente, pela angústia, pela ansiedade, em zona de maiores ou menores perigos, nas idas à água ou nos banhos no rio, por exemplo, porque o aquartelamento não tem as condições mínimas?

Mas avanço mais e pergunto como e porquê aconteceram, em qualquer parte do ex-Ulamar, todos os acidentes? Por vontade própria e em locais escolhidos por cada um, ou, apenas e sempre, na situação de mobilizados e no cumprimento do serviço militar (para a maioria até «obrigatório»)? Não é verdade que é aceite a responsabilidade da entidade patronal até nas viagens de e para casa-trabalho? Que padrão é o Estado que não assume as suas completas obrigações, atingindo, com isso, a própria dignidade nacional?

Mas há mais: o caso das doenças aparecidas e/ou

agravadas que não se querem relacionar com o serviço, algumas das quais nunca teriam sido «despoletadas», não fosse o clima, a comida, a situação, de «stress»...

Em resumo, julgo que a base de análise deste momentoso problema deveria estar mais relacionada com a causa última do acidente ou da doença, e que foi a necessidade de mobilização, dando menos peso às circunstâncias próximas, já que foi sempre em tempo de comissão e independente de vontade própria, claro.

O terceiro apontamento tem um duplo sentido: o do descuido/irresponsabilidade que esteve, tantas vezes, na origem de quantos mortos e feridos — o que não foi o meu caso, felizmente —, na formação de colunas ou no planeamento de operações, e do que nunca foram pedidas contas a ninguém, e o da tendência fácil para fabricar «heróis» e Cruzes de Guerra — o que não foi, também, o meu caso, embora presões para o fazer —, em relatórios que, quantas vezes, se preocupavam

de que poderiam ter sido úteis, mais tarde, alguns anos passados, quando os ex-militares começaram a sentir (e com muitos isso ainda há-de acontecer), na sua saúde, o efeito de tais situações, muitas vezes com repercussão na sua capacidade de trabalho, no seu (des)emprego e, mais ainda, infelizmente, na sua vida familiar e social?

E isto para não falar dos gravíssimos casos psicológicos e psíquicos já existentes, e dos muitos que estão a aparecer constantemente.

ELO: Atenção ao espaço...

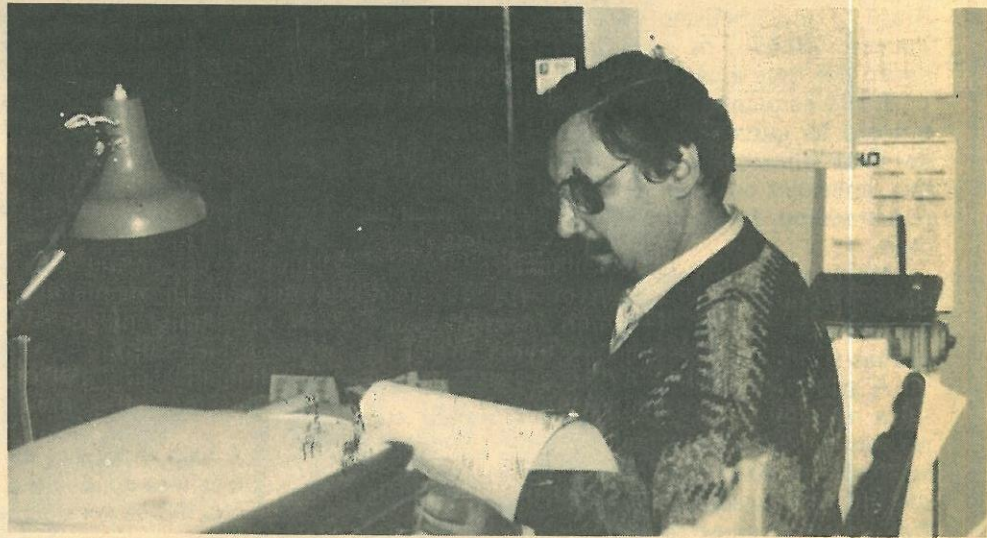
JMS: «Filhos ingratos» e «Irmãos desavindos» são análises feitas em conjunto, porque situações complementares, digamos.

Se à Pátria/Estado cabe um enorme papel — e aqui, como em muitos outros casos, este papel tem sido confundido, ou traduzido, em papéis-burocracia —, no reconhecimento dos direitos e da dignidade dos seus «filhos mais queridos», como tantas vezes são chama-

cos, felizmente, pensarem que o Estado deve ter uma teta só para eles, secando, se preciso, as outras, voltando as costas aos seus «irmãos» e ignorando-os, tanto mais que tais exemplos, que são a excepção, acabam por ser os mais apontados por quem quer desmerecer a luta dos outros.

Não há dúvida que muito já tem sido conseguido pela ADFA, mas muito continua ainda por alcançar pelos deficientes militares, quer a nível associativo quer individual. E se a unidade de todos é importante, fundamental é mesmo, no dia-a-dia, a actuação pessoal de cada um perante a sociedade, na demonstração, através das suas capacidades e da sua vontade, de que os seus direitos não se podem reduzir apenas e simplesmente a assistência, descontos e pensões, mas que terão que contemplar também o desporto, a cultura, o lazer e, basicamente, como corolários imprescindíveis de igualdade, a educação e o emprego.

É, aliás, na conjugação plena dos trabalhos indi-



A.R.

mais em realçar os actos «heróicos» do que os trágicos... e do que também não foram pedidas contas a ninguém.

Mas esta questão dos relatórios é muito mais importante do que parece, não tanto pelos que foram feitos, mas, principalmente, pelos que não foram. Na verdade, às vezes, que nem sempre, move-se em condições de operacionalidade intensa e grande cansaço, e não era agradável aos oficiais terem que se entregar a questões que metiam papelada, inquéritos, deprecadas, deslocamentos extras, pedidos disto e daquilo, notas, ofícios, para no fim, ainda por cima, poder ser tudo arquivado... ou até perdido. Por isso, quantos autops por doença e por acidente deixaram de ser feitos, no completo desconhecimento e inconsciência

dos, que não tratados, a eles próprios cabe, talvez, a tarefa maior, em assumir, plenamente, esses mesmos direitos e essa mesma dignidade.

Com efeito, ultrapassada já, pelo menos para a grande maioria, a condição marginalizada de «inválidos» ou de «coitados», os deficientes militares, na vanguarda de todo o movimento associativo congénere, têm de se unir cada vez mais em torno da sua organização, não só para conseguir a totalidade dos seus direitos como também, e muito principalmente, para assegurarem aos seus ex-camaradas ainda em situação de injustiça, quantas vezes dramática, a vida condigna que merecem, que merece qualquer ser humano.

E, para isso, não, alguns «filhos», muito pou-

vidual e colectivo que a sociedade se pode desenvolver harmoniosamente e em verdadeira justiça. Por isso, a necessidade de o «Poder», neste caso, continuar a dialogar com a ADFA, representante qualificada dos seus associados.

ELO: Sabemos que tem sido um grande entusiasta pela nossa nova Sede. Quer falar-nos dela?

JMS: Com certeza!...

(Nota da Redacção: Esta conversa continuará, dado o alargado tratamento que JMS tem dado às várias questões — e não lhe queremos cortar a palavra... senão nunca mais se cala —, em Janeiro, já que em Dezembro ouviremos Patuleia Mendes, o nosso Director, e Armindo Roque, um dos fazedores do jornal desde o seu início e ainda hoje seu colaborador.)

SÓCIOS FALECIDOS

ANTÓNIO CARROLA BARATA, sócio n.º 10953, natural de Tortosendo e residente em Santa Maria dos Olivais, concelho de Lisboa, faleceu no passado dia 3 de Maio de 1991.

Sócio pensionista de preço de sangue.

Deixa viúva a Sr.ª D. Maria da Ascensão Simplicio.

ANTÓNIO DA COSTA FRESCATA, sócio n.º 5349, natural de Pinhal

Novo e residente na Amora, concelho do Seixal, faleceu no passado dia 18 de Outubro de 1991.

Sócio com 30,9 por cento de desvalorização, sofreu o seu acidente em Angola quando atingido por arma de fogo.

Divorciado, deixa um filho.

JOSÉ DOS SANTOS, sócio n.º 3226, natural e residente em Pinheiro de

Lafões, Concelho de Oliveira de Frades, faleceu no passado dia 29 de Outubro de 1991.

Sócio com 5 por cento de desvalorização sofre o seu acidente em Angola aquando de uma emboscada.

Deixa viúva a Sra. Dona Joaquina Adriana Santos e quatro filhos.

Aos familiares destes nossos sócios apresentamos as nossas sentidas condolências.

Nós com os outros

Tal como informado no último ELO, vamos hoje, neste espaço, iniciar um artigo sobre a ACAPO — Associação de Cegos e Amblíopes de Portugal, no qual se inclui uma conversa havida com o dr. Francisco Alves, seu Presidente, e por ocasião do 2.º aniversário desta instituição, de cujas comemorações o nosso jornal deu, então, alargada notícia.

Alguns de nós ainda se recordarão, certamente, de ver, há já alguns anos, razoável número de cegos, em vários locais de Lisboa, a tocar o seu acordeão ou o seu violino, algumas vezes aos pares. É que não existindo, então, até por condições e conceitos sociais da época, grandes alternativas ou saídas para as capacidades laborais e profissionais dos deficientes visuais e, paralelamente, sendo grande a intuição dos mesmos para a música, eram em quantidade apreciável os que se dedicavam a essa arte como modo de vida, tocando não só pelas ruas da cidade como também em estabelecimentos de diversão, bares e restaurantes ou animando bailaricos e feiras, já que também não existiam os modernos meios técnicos sonoros.

Havendo necessidade de proteger os interesses destes cegos, de aprofundar a sua capacidade e educação musical e de os defender no trabalho, foi criada, em Lisboa, em 25 de Junho de 1927, a Associação de Cegos Luís Braille.

Se a vida inicial da organização não foi fácil, as coisas complicaram-se durante o Estado Novo, sendo-lhe criadas enormes dificuldades, institucionalizando-se a «caridade» como forma de sobrevivência dos cegos — e da grande maioria dos deficientes —, segregando-os, socialmente, como inválidos. É produto da crise então havida, e da rutura associativa que se seguiu, a criação, em 1951, por ex-elementos da ACLB, da Liga de Cegos João de Deus, curiosamente com Sede muito próxima da sua «mãe».

Mais tarde, em 1958, em movimento completamente autónomo, é fundada, no Porto, a Associação de Cegos do Norte de Portugal.

No entanto, logo aquando do aparecimento da Liga, muitos foram os que consideraram que a divisão não era o melhor caminho, tendo havido sempre quem insistisse, e lutasse, por uma organização única. E será com o 25 de Abril de 1974, e com a grande liberdade então conseguida pelo movimento associativo,

que se desenham mais fortes possibilidades dessa união, primeiro através do MUAC — Movimento para a União das Associações de Cegos, e depois da OCEP — Organização dos Cegos Portugueses, entidades que embora não vingando, por serem exteriores aos órgãos dirigentes de então, foram importantes, pois abalaram o sistema e obrigaram as pessoas a reflectir.

A partir de 1986, sendo os dirigentes, quer da Luís Braille quer do Norte de Portugal, apologistas da unidade, conseguindo levar para essa



luta a própria Liga, e mantendo-se as mesmas listas em eleições seguintes, o processo ganha mais decisiva forma, tendo havido o cuidado de analisar as causas dos fracassos do MUAC e da OCEP, para evitar os seus erros. Nomeada a perspectiva Comissão Instaladora, em 20 de Outubro de 1989 é assinado o documento de criação da ACAPO, pela fusão das três associações anteriores, extinguindo-se estas e assumindo aquela a responsabilidade total conjunta, recebendo os respectivos patrimónios.

Dr. Francisco Alves (F. A.): Criaram-se muitas expectativas a nível nacional, e em dois anos não dá ainda para saber/provar que valeu a pena totalmente. Mas pelo que já conseguimos, pela força que tem a ACAPO junto da opinião pública, pelo crescimento que nunca tínhamos conseguido até agora — abrimos, por exemplo, uma delegação nova, em Coimbra —, pela imagem perante as outras instituições e o poder público, que nos estão a olhar de outra maneira e a compreender a objectividade e o alcance do nosso trabalho, digo, sem ambiguidade nenhuma, que já valeu a pena, tendo as pessoas de compreender que a ACAPO é uma associação que, como tantas outras, movendo-se num país que, nesta área, anda a 10 à hora, não pode ir a 50.

É dentro deste contexto que os sócios têm de começar a entender que se tem, apesar de tudo, evoluído muito, devendo procurar valorizar os efeitos positivos do trabalho já realizado, ao mesmo tempo que devem considerar que se à realidade das marcas pesadas do passado, da falta de instalações e de financiamentos,

to, é o nosso maior problema, ela deve ser, também, o desafio para arregaçar mangar e ir para a frente, porque só com muita luta se consegue alguma coisa. E as mudanças de mentalidade e as alterações radicais são muito lentas.

Todas as pessoas, e em especial os próprios dirigentes, têm de aceitar que não há superhomens nem superdotados, não há direcções mágicas nem milagrosas. O único milagre que resulta é o trabalho diário, aturado e sistemático, um trabalho diário, aturado e sistemático, um trabalho que tem que ser feito por um grupo em que se valorize a equipa.

ELO: Antes de continuarmos com o tema associativo, quem é Francisco (Manuel Rodrigues) Alves, para além de um cidadão nascido em 10NOV50, em Varge, Trás-os-Montes, província que o marcou tanto, nos vinte anos que lá viveu, como os vinte anos seguintes em Lisboa, porque terá sido em especial aqui, no Centro de Reabilitação N.º S.º dos Anjos,



que descobriu que a sua retinopatia pigmentada (cegueira nocturna), agravada a partir da adolescência, com passagem de amblíope a cego total, não era uma impossibilidade ou uma porta fechada às suas valorização e realização pessoais, tanto assim que hoje, licenciado em filosofia, em 1984, pela Faculdade de Letras de Lisboa, é um homem

feliz, casado e professor?

F. A.: Sou um cego assumido que descobri que poderia ser, realmente, feliz, alegre, um cidadão integrado plenamente, não sabendo sequer o que é isso de não integração, porque remeti para 3.º ou 4.º plano a minha deficiência, aprendendo a viver com as suas limitações, a par, também, das suas outras possibilidades, e tentando, ainda, demonstrar às pessoas que o importante é o resto... que me resta, as capacidades que tenho a todos os níveis. A partir daí, sinto-me esse cidadão integrado.

Não gostava de dizer, provar, isto apenas por palavras mas sim com actos, e nesse sentido a minha experiência como professor de filosofia tem sido das mais gratificantes; a minha passagem pela escola tem sido, quer a nível de alunos quer de colegas e pessoal, uma autêntica maravilha de viver.

É preciso, no entanto, dizer uma coisa importante: foi possível eu ser integrado, assumindo plenamente a minha deficiência, porque consegui, paralelamente, diversas realizações, quer nos campos económico e de emprego, quer no afectivo (o meu casamento e o meu bem estar com os meus amigos e a família), assim como no da habitação. Porque, na realidade, e no dia-a-dia, sem essas vertentes conseguidas, a cegueira complica muito a vida, o que demonstra, de certa forma, que o problema real não é tanto a deficiência, como ter, em absoluto, os direitos que a qualquer ser humano devem ser reconhecidos e garantidos.

ELO: Voltando à ACAPO, que projectos tem, neste momento, a associação!

F. A.: ...

(continua)

Viaturas OPEL

MOD.	PREÇO BASE	P.V.P.
CORSA		
SW 1.0S 3P	1 000 310\$00	1 346 885\$00
SW 1.2NV 3P	1 075 110\$00	1 532 353\$00
SW 1.2NV 4P	1 146 310\$00	1 615 657\$00
SW 1.2NV 5P	1 125 210\$00	1 590 970\$00
GL 1.2NV 3P	1 155 270\$00	1 626 140\$00
GL 1.2NV 4P	1 207 170\$00	1 686 863\$00
GL 1.2NV 5P	1 189 770\$00	1 666 505\$00
GL 1.4NV 5P	1 219 970\$00	1 847 908\$00
JOY 1.4NV 3P	1 321 320\$00	1 966 487\$00
SW 1.5D 4P	1 386 010\$00	2 127 310\$00
SW 1.5D 5P	1 374 710\$00	2 114 089\$00
ASTRA		
GL 1.4 NZ 3P (60 CV)	1 454 600\$00	2 122 425\$00
GL 1.4 NZ 5P (60 CV)	1 497 300\$00	2 172 384\$00
GL 1.4 SE 5P (82 CV)	1 569 100\$00	2 256 390\$00
GL 1.4 SE 5P (82 CV)	1 702 600\$00	2 412 468\$00
GT 1.4 SE 3P	1 753 800\$00	2 472 489\$00
GT 1.4 SE 5P	1 796 500\$00	2 522 448\$00
GL 1.7D 5P	1 653 200\$00	2 752 394\$00
GLS 1.7TD 5P	1 956 800\$00	3 106 436\$00
GT 1.7TD 3P	2 007 100\$00	3 166 457\$00
GT 1.7TD 5P	2 049 800\$00	3 246 293\$00
GL 1.4NZ 5P (Caravan)	1 599 900\$00	2 292 426\$00
GLS 1.4SE 5P (Caravan)	1 796 965\$00	2 522 448\$00
CLUB 1.4SE 5P (Caravan)	1 873 400\$00	2 612 421\$00
GL 1.7D 5P (Caravan)	1 755 800\$00	2 872 436\$00
GLS 1.7TD 5P (Caravan)	2 049 800\$00	3 216 416\$00
CLUB 1.7TD 5P (Caravan)	2 126 700\$00	3 306 889\$00
VECTRA		
GL 1.4 NV 4P	1 828 500\$00	2 559 888\$00
GL 1.4 NV 5P	1 874 600\$00	2 613 828\$00
GL 1.7D 4P	2 185 200\$00	3 374 834\$00
GL 1.7D 5P	2 231 400\$00	3 429 883\$00
GLS 1.7TD 4P (Diamond)	2 715 500\$00	3 995 265\$00
GLS 1.7TD 5P (Diamond)	2 758 200\$00	4 045 244\$00

AUTOMÓVEIS FIAT

MOD.	PREÇO BASE	P.V.P.
UNO 45-3P	970 525\$00	1 286 764\$00
UNO 45S-3P	1 060 268\$00	1 391 764\$00
UNO 45S-5P	1 129 499\$00	1 472 764\$00
UNO 60S-3P	1 088 213\$00	1 477 764\$00
UNO 60S-5P	1 152 315\$00	1 552 764\$00
UNO 60 SX	1 256 589\$00	1 674 764\$00
UNO DIESEL 3P	1 231 259\$00	1 758 764\$00
UNO TURBO DIESEL 5P	1 603 261\$00	2 250 763\$00
TIPO 1.1	1 321 546\$00	1 750 764\$00
TIPO 1.4	1 420 099\$00	2 040 764\$00
TIPO 1.7D	1 469 404\$00	2 509 764\$00
TEMPRA 1.4 SX	1 673 518\$00	2 337 264\$00
TEMPRA 1.4 (Carrinha)	1 732 065\$00	2 405 764\$00

AUTOMÓVEIS VOLKSWAGEN E AUDI

MOD.	PREÇO BASE	P.V.P.
GOLF CL 1.3 4 P	1 401 291\$00	1 916 999\$00
GOLF CL 1.3+4 P	1 720 950\$00	2 291 000\$00
GOLF CLD 1.6 4 P	1 893 501\$00	2 940 000\$00
GOLF CLTD+1.6 4 P	2 395 210\$00	3 527 000\$00
JETTA CL 1.3	1 491 890\$00	2 023 000\$00
JETTA CLD 1.6	1 953 992\$00	3 010 775\$00
JETTA CLTD 1.6	2 448 201\$00	3 589 000\$00
PASSAT CLTD 1.6	2 802 048\$00	4 003 000\$00
PASSAT VAR CLTD 1.6	3 032 818\$00	4 273 000\$00
AUDI 80 TD 1.6	2 513 500\$00	3 665 399\$00

— Os valores acima expostos, não contemplam as despesas do despachante no desalfandegamento da viatura, excepto para a marca Opel.

Os sócios interessados nestas viaturas podem telefonar para 859 50 16 a partir das 19H30, Alberto Pinto.

Outras informações nas horas de expediente: 346 21 678.

SEDE

ASSISTÊNCIA MÉDICA E PSICOSSOCIAL

CLÍNICA GERAL

Médico: sócio dr. Fernando Brito

Terças e sextas-feiras, às 13 horas

PSIQUIATRIA

Médico: dr. Proença

Terças-feiras, às 12 horas.

PSICOLOGIA — «Stress de guerra»

dr.ª Paula Frazão

Terças, Quartas e Sextas-feiras, 10/12 h.

ORIENTAÇÃO ESCOLAR E PROFISSIONAL

dr.ª Cecília Pires e Paula Frazão

Quartas-feiras, 9/12.30-14/18 h.

SERVIÇO SOCIAL

Técnica de Serviço Social:

dr.ª Gracinda Benedito

Segundas e Quartas-feiras, 14.30/17.30 h.

Outros Serviços

SERVIÇOS GERAIS E EXPEDIENTE:

Segundas a sextas-feiras, das 09H00 às 12H30 e das 14H00 às 18H00

BAR E CANTINA

Segundas a sextas-feiras
10H10/10H30 (só pequenos-almoços);
12H30/18H00

SECÇÃO FOTOGRÁFICA:

Horário normal de expediente a cargo do sr. João Domingos (Recepção).

• As consultas efectuam-se todas no consultório médico da Sede.

• As marcações são feitas do DASC, 1.º andar, por Luisa Braga, devendo o sócio indicar objectivamente qual a consulta que pretende, ou informar-se dos serviços prestados por cada uma. Poderá também fazer a marcação pelo telefone 346 21 678.

• As consultas de «stress de guerra» e as sessões de Orientação Escolar e Profissional (estas destinadas a filhos de sócios), estão sujeitas a marcação prévia, a qual deve ser feita directamente pelo telefone 32 62 47.

JORNAL ASSOCIATIVO

A ADFa deseja aos seus sócios, trabalhadores, familiares e amigos um Novo Ano pleno de venturas, na esperança que, também o Mundo, conheça, em 1992, Paz e Liberdade, em solidariedade e amizade de todos os povos.



Jornadas de Informação entre órgãos nacionais e regionais

De harmonia com o previamente anunciado, realizaram-se, durante o mês de Novembro, as jornadas de informação entre Órgãos Sociais centrais e regionais, para divulgação e troca de conhecimento das realida-

nalguns casos, foram acompanhados por membros eleitos por Lisboa para o Conselho Nacional, quer, quase sempre também, pela globalidade dos regionais, neles foram abordadas, com manifesto interesse e empenho de

tora na vida associativa e nas suas vertentes internacionais, nacionais e locais.

Os trabalhos mantidos com todas as delegações são indicadores da grande coesão de objectivos e li-

de deste tipo de encontros que deverão ser realizados com a assiduidade e a regularidade possíveis.

Como corolário destes contactos, levar-se-á a efeito, na Sede, e no próximo dia 7, uma reunião



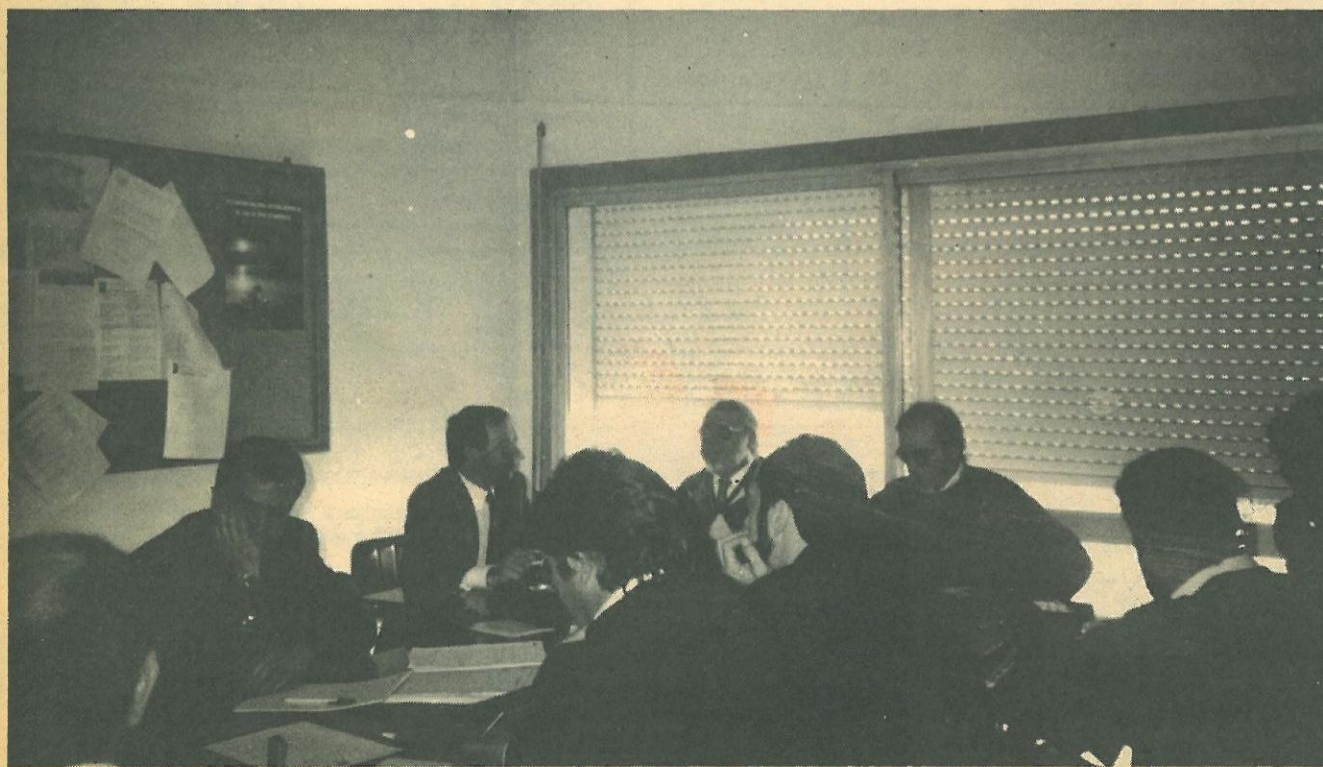
des e das actividades desenvolvidas pela Sede e pelas Delegações.

Encontros altamente participados, quer pela totalidade dos elementos dos órgãos nacionais que,

todos os presentes, as mais prementes acções a implementar, projectos a concretizar e todo o conjunto de vivências inerentes a uma organização que se deseja cada vez mais dinâmica e interven-

tnhas de acção a prosseguir, no interesse de maior divulgação e unidade da ADFa. Realça, de entre todo o labor produzido, o denominador comum encontrado e que aponta para a continuidade

entre a Direcção Central, o Conselho Fiscal Central, elementos por Lisboa do Conselho Nacional e responsáveis dos Núcleos de Alcobaça, Cascais, Peniche, Santarém e Tomar.



Convívio de Natal na Sede

Mais perto já da data prevista, 15 de Dezembro, voltamos a informar sobre a festa de Natal da Sede, recordando que após visita às obras da nova Sede, a partir das 11H30, pelos sócios, trabalhadores e famílias (porque são amigos?), que ali se queiram juntar a nós, terá início o tradicional almoço desta época, nas instalações do Lar Militar.

Estando em preparação um interessante progra-

ma, que nos manterá unidos e interessados, tarde fora, e convictos da tua adesão a esta manifestação associativa, incentivamos a tua rápida inscrição (o prazo termina dia 10), com pagamento imediato, na secretaria da Sede, para mais um momento alto da vida da ADFa.



Calendário associativo

7 DEZ — Aniversário da Delegação do Porto; reunião, na Sede, com os Núcleos de Alcobaça, Cascais, Peniche, Santarém e Tomar;
8 DEZ — Festas de Natal nas Delegações do Funchal e de Vila Nova de Famalicão;
9 DEZ — Dia Nacional do Deficiente (participação na AJUTEC-91 e na ex-

posição REABILITAÇÃO-90/91);

14 DEZ — Festas de Natal nas Delegações de Coimbra e Porto;

15 DEZ — Festa de Natal da Sede;

18 DEZ — Jantar de Natal dos trabalhadores da Sede;

21 DEZ — Festas de Natal nas Delegações de Évora e Faro.

Quotas ADFa

Foi já enviado aos associados a carta contendo uma mensagem do Presidente da Direcção Central, acompanhada de um desdobrável onde são realçadas algumas actividades da nossa Associação e de onde se destacam as nossas conquistas legislativas, os desenvolvimentos com a construção da nova Sede e a participação em organismos e realizações de índole internacional, em suma, a intervenção da ADFa na reabilitação e na reintegração social dos deficientes militares.

Junto seguia, também, documento para autorização de pagamento de quotas por desconto em conta bancária, método moderno e eficiente, cuja aceitação se propõe aos sócios, em adesão de cada um à vontade colectiva de modernização dos serviços associativos. Para tal, bastará preencher o respectivo impresso, tendo em cuidada atenção que o número da conta a indicar é o daquela em que se recebe mensalmente a pensão.

A devolução da autorização, por aqueles que a tal aderirem, poderá ser efectuada por correio, utilizando o envelope anexo, sem necessidade de pagamento de selo, ou entregue directamente na Sede ou nas Delegações, com a urgência possível, já que o primeiro desconto semestral está previsto para o mês de Janeiro de 1992.

ELO pode informar que é já significativa a adesão ao novo sistema em implementação. Junta-te aos que por ele já optaram, mas que a facilidade que, por isso, concedes a ti próprio, e que permitirá que a ADFa te preste melhores e mais eficientes serviços, não seja pretexto para não apareceres e intervires, mais activamente, na nossa vivência comum.

Quotas: adere ao novo sistema!